

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.190 - RJ (2019/0295280-6)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE : JOSE AUGUSTO PEREIRA CORREIA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por JOSE AUGUSTO PEREIRA CORREIA, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 337/338):

*APELAÇÃO - 155, § 4º, II, c/c art. 14, II, ambos do CP - Pena de 02 anos de reclusão e 12 dias-multa, em regime semiaberto. Apelante, de forma livre e consciente, deu início à subtração, para si ou para outrem, mediante destreza, de uma carteira confeccionada em couro de propriedade da vítima. O crime de furto qualificado não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do agente, uma vez que a testemunha Rogério, estranhando a atitude suspeita do réu, o seguiu, e quando percebeu que o mesmo retirou de dentro da mochila da vítima um objeto, o imobilizou. Impossível a absolvição pelo princípio da insignificância: Autoria e materialidade cabalmente comprovadas. - Deve ser levado em conta para a incidência do princípio da bagatela, além da aferição do bem subtraído, o desvalor da conduta do agente. O princípio da insignificância não pode ser invocado para afastar a tipicidade. a própria vítima afirmou que no interior da carteira subtraída havia R\$ 400,00, além de seus documentos pessoais, portanto não se vislumbra pequeno valor. **Melhor sorte não socorre a Defesa quanto ao pleito de reconhecimento do furto privilegiado: Não pode o magistrado equiparar uma pessoa que não tem nenhuma anotação em sua FAC, esta sim portadora de bons antecedentes, pois não responde e não respondeu a nenhum processo, a outro, que registra em sua folha de antecedentes criminais anotações, o que assegura afirmar não só ter maus antecedentes, como apresentar uma personalidade voltada para o crime. Especial importância da palavra da vítima nos crimes contra o patrimônio, pois tem valor relevante para embasar o decreto condenatório, conforme pacificado pela doutrina e jurisprudência dos tribunais. A condenação do ora***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*apelante baseou-se em outros depoimentos além dos prestados pela própria vítima efetivamente, em especial o depoimento da testemunha Rogério quem alertou a vítima de que estava sendo furtada. Inaplicável a concessão do benefício da suspensão condicional do processo ao ora apelante que já está sendo processado por outros crimes. O objetivo das medidas despenalizadoras é privilegiar aqueles que têm boa conduta social, o que não é o caso destes autos. Correta a aplicação da pena base acima do mínimo legal. Verifica-se em sua ficha de antecedentes criminais que possui três anotações pelo crime de furto a demonstrar a sua personalidade inclinada à prática delitiva e capazes, inclusive, de caracterizar maus antecedentes, embora a Defesa tenha se reportado a Súmula 444 do STJ. Improsperável o pleito de utilização da fração máxima para a redução da pena pela tentativa. Dê-se por demais beneficiado pelo reconhecimento da modalidade tentada - Houve a inversão da posse da res, mesmo que por um mínimo período de tempo, sendo desnecessária que a mesma seja mansa e pacífica. Incabível a aplicação da atenuante da confissão espontânea - Confissão não ratificada em Juízo - A confissão feita apenas em sede policial não fundamentou a sentença condenatória. A convicção do juízo a quo foi formada pelo conjunto probatório existente nos autos. Deve ser mantida a fixação do regime semiaberto para início de cumprimento da reprimenda. Ante as circunstâncias do delito e da proximidade da consumação, a conduta do ora apelante não se mostra compatível com a autodisciplina e o senso de responsabilidade exigidos para a fixação do regime aberto para o início do cumprimento. Não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. - O apelante não é merecedor de tal benesse em razão da conduta social, a personalidade e as circunstâncias do delito, o apelante não preenche o requisito subjetivo previsto no inciso III do artigo 44 do Código Penal. Quanto ao prequestionamento formulado pela Defesa, imperativa a sua total improcedência, mostrando-se mesmo injustificado, buscando-se somente abrir o acesso aos Tribunais Superiores e ao prequestionamento formulado pelo Ministério Público restou prejudicado eis que desprovido o recurso defensivo. - DESPROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO. - grifei*

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 376/395), alega a parte recorrente violação dos artigos 33, 44, 59 e 155, § 2º, todos do Código Penal e da

# Superior Tribunal de Justiça

Súmula n. 444/STJ.

Sustenta, em síntese, (i) o preenchimento dos requisitos legais exigidos para o reconhecimento do furto privilegiado, porquanto se trata de réu primário e os bens furtados são de pequeno valor (e-STJ fl. 381); (ii) a fixação da pena-base no mínimo legal, sob o argumento de que ações penais em andamento não constituem fundamentação idônea para atribuir valoração negativa a circunstâncias judiciais (e-STJ fl. 382); (iii) o abrandamento do regime inicial de cumprimento de pena de semiaberto para aberto, haja vista a primariedade e os bons antecedentes do recorrente, bem como a fixação de pena definitiva em patamar inferior a 4 (quatro) anos; e (iv) o preenchimento dos requisitos legais para a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 399/407), o recurso foi admitido pela Corte *a quo* (e-STJ fls. 410/412).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo não conhecimento do recurso especial e, caso conhecido, pelo seu parcial provimento, consoante parecer assim ementado (e-STJ fl. 427):

*FURTO TENTADO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NO ART. 105, III, "A" DA CF. PLEITO DE RECONHECIMENTO DO FURTO PRIVILEGIADO. ANÁLISE DE MATÉRIA CONTROVERSA SOBRE PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ. REITERAÇÃO DELITIVA EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. VALOR SIGNIFICATIVO DA COISA SUBTRAÍDA. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO FURTO PRIVILEGIADO. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MAUS ANTECEDENTES E PERSONALIDADE VALORADA NEGATIVAMENTE COM BASE EM AÇÕES EM ANDAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO REGIME INICIAL PARA O ABERTO E SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL; CASO CONHECIDO, PELO SEU PARCIAL PROVIMENTO.*

É o relatório. **Decido.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado como incurso no delito tipificado no art. 155, § 4º, inciso II, c/c o art. 14, inciso II, ambos do CP, à pena definitiva de 2 (dois) anos de reclusão e 12 (doze) dias-multa.

Ocorre que, de plano, vislumbro, de ofício, a ocorrência da prescrição superveniente da pena, uma vez que, em atenção ao art. 109, inciso V, do CP, tendo a pena sido fixada em patamar não superior a 2 (dois) anos, como na espécie, o prazo prescricional é de 4 (quatro) anos.

Colhe-se dos autos que, na espécie, a publicação da sentença condenatória ocorreu em 2/3/2013 (e-STJ fl. 237), tendo transcorrido, até a presente data, lapso superior a 4 (quatro) anos.

Desse modo, impõe-se o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva, no que tange ao delito do art. 155, § 4º, inciso II, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 107, inciso IV, c/c o art. 109, inciso V, ambos do Código Penal, **reconheço**, de ofício, a prescrição da pretensão punitiva, e **declaro extinta a punibilidade** do recorrente JOSE AUGUSTO PEREIRA CORREIA em relação ao delito previsto no art. 155, § 4º, inciso II, c/c o art. 14, inciso II, ambos do CP.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator